



Texto & Contexto Enfermagem

ISSN: 0104-0707

texto&contexto@nfr.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Monticelli, Marisa; Brüggemann, Odaléa Maria; Kotzias Atherino dos Santos, Evangelia; de Oliveira, Maria Emilia; Mota Zampieri, Maria de Fátima; Petters Gregório, Vitória Regina
Especialização em enfermagem obstétrica: percepções de egressas quanto ao exercício profissional e satisfação na especialidade

Texto & Contexto Enfermagem, vol. 17, núm. 3, julho-setembro, 2008, pp. 482-491
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71417311>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA: PERCEPÇÕES DE EGRESSAS QUANTO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E SATISFAÇÃO NA ESPECIALIDADE

SPECIALIZATION IN OBSTETRICS NURSING: ALUMNI PERCEPTIONS AS TO PROFESSIONAL EXERCISE AND COURSE SATISFACTION

ESPECIALIZACIÓN EN ENFERMERÍA OBSTÉTRICA: LAS PERCEPCIONES DE LAS EGRESADAS EN RELACIÓN A LA PROFESIÓN Y A LA SATISFACCIÓN EN LA ESPECIALIDAD

Marisa Monticelli¹, Odaléa Maria Brüggemann², Evangelina Kotzias Atherino dos Santos¹, Maria Emilia de Oliveira³, Maria de Fátima Mota Zampieri³, Vitória Regina Petters Gregório⁴

¹ Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PEN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Santa Catarina, Brasil.

² Doutora em Tocoginecologia. Docente do Departamento de Enfermagem e do PEN/UFSC. Santa Catarina, Brasil.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento de Enfermagem da UFSC. Santa Catarina, Brasil.

⁴ Doutoranda do PEN/UFSC. Docente do Departamento de Enfermagem da UFSC. Santa Catarina, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem obstétrica. Satisfação no trabalho. Prática profissional. Política de saúde.

RESUMO: Pesquisa exploratório-descritiva com o objetivo de conhecer as percepções de egressas da especialização em enfermagem obstétrica quanto ao exercício profissional e a satisfação na especialidade. Participaram 54 egressas dos cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal de Santa Catarina. Os dados foram coletados de abril a dezembro/2006, através de questionário. Realizou-se análise estatística descritiva dos dados obtidos das perguntas fechadas e leitura flutuante, ordenação e interpretação das perguntas abertas. Para 58,3% das egressas a atuação inicial na especialidade foi dificultada pela não aceitação dos outros profissionais; 56,3% não vivenciaram discriminação profissional e 37,5% foram discriminadas pelos médicos; 68,5% destacaram que a hegemonia médica dificultou o exercício profissional. A maioria, 87,4%, está satisfeita com a especialidade, 70,8%, otimistas quanto ao futuro da mesma e 98,1% cursariam novamente a especialização. As dificuldades para atuação, ligadas à autonomia profissional, não geraram, entretanto, insatisfação e pessimismo, demonstrando capacidade de superação para o exercício da especialidade.

KEYWORDS: Obstetrical nursing. Job satisfaction. Professional practice. Health policy.

ABSTRACT: The objective of this exploratory, descriptive study is to better understand perceptions of 54 alumni from the Specialization in Obstetrics Nursing Course from the Federal University of Santa Catarina, Brazil concerning their professional exercise and satisfaction in the course since graduating. The data was collected from April to December of 2006 through completion of a questionnaire. Descriptive statistical analysis of the data obtained from closed questions and initial reading was carried out, followed by ordering and interpretation of the open question responses. For 58.3% of the alumni, the initial application after completion of the specialization was made difficult by non-acceptance from other professionals; 56.3% did not experience any professional discrimination; 37.5% were discriminated by physicians; and 68.5% highlighted that medical hegemony made professional exercise of the specialization difficult. The majority (87.4%) are satisfied with their specialization, 70.8% are optimistic about the future of the specialization, and 98.1% would enroll in a specialization again. The difficulties in professional changes as a result of graduation, linked to professional autonomy, did not generate a lack of satisfaction or pessimism, however; thus demonstrating the capacity for perseverance in exercising a specialization after graduation.

PALABRAS CLAVE: Enfermería obstétrica; Satisfacción en el trabajo. Práctica profesional. Política de salud.

RESUMEN: Investigación exploratoria descriptiva, cuyo objetivo fue conocer las percepciones de las egresadas de la especialización en enfermería obstétrica en relación al ejercicio profesional y al grado de satisfacción con la especialidad. Participaron 54 egresadas de los cursos de especialización en Enfermería Obstétrica de la Universidad Federal de Santa Catarina. Los datos fueron recolectados a través de un cuestionario, en el período de abril a diciembre de 2006. Se realizó un análisis estadístico descriptivo de los datos obtenidos de las preguntas cerradas y lectura fluctuante, así como la ordenación e interpretación de las preguntas abiertas. Para el 58% de las egresadas, la actuación inicial en la especialidad fue dificultada por la no aceptación de los otros profesionales; 56,3% no vivieron discriminación profesional, y 37,5% fueron discriminadas por los médicos; 68,5% destacaron que la hegemonía médica dificultó el ejercicio profesional. La mayoría, o sea, 87,4% está satisfecha con la especialidad, 70,8% se sienten optimistas en relación al futuro de la misma, y 98,19% harían de nuevo la especialización. Sin embargo, las dificultades para la realización de la labor, las cuales están relacionadas con la autonomía profesional, no producen insatisfacción y pesimismo, demostrando con ello, capacidad de superación para el ejercicio de la especialidad.

Marisa Monticelli
Endereço: Rua Duarte Schutel, 181, ap. 1326
88015-640 - Centro, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: marisa@nfr.ufsc.br

Artigo original: pesquisa
Recebido em: 15 de janeiro de 2008
Aprovação final: 20 de agosto de 2008

INTRODUÇÃO

A luta pela humanização da assistência e pela utilização de tecnologias leves no processo do nascimento vem sendo impulsionada, dentre outros, pelos movimentos feministas, pela atuação das enfermeiras da área materno-infantil e também pelas propostas de sanitaristas brasileiros e estrangeiros, sendo que todos estes segmentos têm como pano de fundo a diminuição da morbimortalidade materna e neonatal. Um exemplo significativo nesta direção ocorreu quando foi criada a Associação Brasileira de Obstetristas e Enfermeiros Obstetras – entidade que congrega enfermeiros das áreas da saúde da mulher e do recém-nascido. Esta entidade tem ajudado no debate nacional sobre as novas políticas públicas e sobre a atuação desses profissionais na assistência ao parto e ao nascimento, ampliando e inserindo novas perspectivas para a assistência ao recém-nascido e à mulher no pré-natal, no parto e no puerpério.¹

A enfermeira obstétrica exerce papel imprescindível na atenção durante o parto e o nascimento e sua atuação vem sendo solicitada, tanto nos cenários de cuidado que envolvem ações de pré-natal, parto e puerpério, quanto na formulação e desenvolvimento de políticas relacionadas com o contexto obstétrico. Sua formação, como especialista, tem sido cada vez mais requerida e incentivada, seja pela qualidade da assistência que desenvolve, pelas contribuições na redução da morbimortalidade materna e neonatal, ou mesmo pelo impacto acadêmico que pode proporcionar em relação ao corpo de conhecimentos da área.

Neste sentido, a realização de cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica surge como importante estratégia no processo de formação da enfermeira. Nos últimos anos esta tem sido, inclusive, uma estratégia que se insere na política de formação de recursos humanos, que é adotada pelo Ministério da Saúde (MS) brasileiro, para capacitar enfermeiras para a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).² Esta política, claramente, prioriza a atenção básica e a mudança do modelo assistencial, visando a humanização do processo do nascimento junto ao sistema de saúde oficial e caracteriza-se como um marco nacional que tem como meta a capacitação dos profissionais enfermeiros para oferecer assistência menos intervencionista e iatrogênica, contribuindo para o incentivo ao parto normal e para a diminuição das cesáreas desnecessárias.³⁻⁵ Certamente, como dizia um iminente sanitarista brasileiro, uma política em defesa da saúde, em defesa da vida, deve

priorizar uma política de cuidado especializado ao parto normal, com enfermeiras obstétricas e casas de parto, visualizando uma atenção voltada para a mulher em situação de parto e a criança em situação de nascimento, e não simplesmente para a técnica do parto.¹

Com o aval da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica, dentre outras modalidades de formação na área da saúde da mulher e do recém-nascido têm sido incentivados e subsidiados, financeira e tecnicamente, pela Área Técnica de Saúde da Mulher do MS, desde 1999, com base na Resolução Nº 03 do Comitê de Ensino Superior – CES/99. Este incentivo tem abrangência nacional, contemplando as cinco macro-regiões e todas as Unidades da Federação em parceria com Instituições de Ensino Superior e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde de todo o país. Num período de sete anos (1999 a 2006) foram realizados 34 cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica, sendo capacitadas cerca de 640 enfermeiras. Importante também destacar que, dentro desta política de humanização da atenção obstétrica, a Área Técnica de Saúde da Mulher do MS, em parceria com Agência de Cooperação Internacional do Japão, têm selecionado anualmente enfermeiras obstétricas para realizarem estágio nas Casas de Parto do referido país.³

O Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ciente de sua responsabilidade social, tem se comprometido em colaborar com este processo de formação das enfermeiras obstétricas, mantendo regularidade no oferecimento de cursos de especialização, principalmente, diante da numerosa demanda de enfermeiras, bem como das instituições de saúde de âmbito terciário, secundário e primário e ainda das Secretarias de Saúde (municipais e estadual) catarinenses que têm solicitado de modo reiterado a abertura de cursos desta natureza. Desta forma, de 1999 a 2003 foram realizados três cursos que formaram 70 especialistas em enfermagem obstétrica.

Algumas das egressas do primeiro curso (1999-2000) foram sendo incorporadas nos cursos subseqüentes, exercendo o papel de facilitadoras, ou seja, auxiliando nas atividades teórico-práticas em maternidades, ambulatorios e unidades locais de saúde. Apesar deste vínculo, os contatos mantidos com a maioria das egressas são pontuais e, em vista disso, se desconhece se as mesmas estão realmente atuando no exercício da especialidade e, se

estão, quais as percepções que possuem diante da atual condição de enfermeiras obstétricas e, ainda, se estão satisfeitas com o trabalho desenvolvido na especialidade. A satisfação profissional é produto de todo o investimento pessoal e grupal em torno de um objetivo comum, refletindo positivamente na assistência obstétrica e neonatal, no reconhecimento e valorização da enfermeira obstétrica como categoria autônoma e importante para a sociedade, bem como no impacto do trabalho desenvolvido a curto, médio e longo prazo.⁵

Considerando estes aspectos e também a necessidade de identificar como está acontecendo a inserção das egressas na área obstétrica, foi desenvolvido um macro-projeto* para avaliar indicativos sobre o investimento empreendido nas edições dos cursos de especialização já ocorridas. Além disto, acredita-se que os resultados obtidos ajudarão na melhoria do processo de formação profissional na especialidade, assim como poderão balizar o entendimento acerca das condições de trabalho, sentimentos e motivações no exercício da enfermagem obstétrica.

O presente relato de pesquisa aborda um recorte desta investigação mais ampla, tendo por objetivo conhecer as percepções das egressas sobre o exercício profissional e a satisfação na especialidade.

Embora este estudo esteja sendo desenvolvido com características locais e, de algum modo, circunscritas nas especificidades das três edições de um curso de especialização, considera-se que os resultados beneficiarão um universo maior de profissionais envolvidos na área obstétrica, já que pode lançar luzes para modificações em outros empreendimentos desta natureza, em todo o território nacional.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva realizada com as enfermeiras egressas das três edições do curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica da UFSC financiadas pelo MS em 2000, 2001 e 2003, respectivamente.

Os dados foram coletados no período de abril a dezembro de 2006, por meio de um questionário auto-respondido com perguntas abertas e fechadas. Para avaliar o grau de satisfação com

a especialidade, utilizaram-se desenhos com expressão facial, dentre uma seqüência de cinco, que correspondiam a “muito insatisfeita”, “insatisfeita”, “satisfeita”, “bem satisfeita” e “muito satisfeita” para que as egressas escolhessem um deles. O questionário foi testado com quatro egressas residentes na mesma área metropolitana das pesquisadoras e que se disponibilizaram voluntariamente para este fim. Após reformulação, o questionário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e uma carta de esclarecimento sobre a pesquisa foram enviados pelo correio ou por e-mail para cada egressa.

Das 70 egressas elegíveis para a pesquisa, 16 (22,9%) não responderam o questionário, fato que gerou uma amostra de 54 egressas. Destas, 38,9% concluíram a especialização em 2000, 31,5% em 2001 e 29,6% em 2003. A faixa etária variou de 26 a 50 anos, sendo a mais freqüente de 31-35 anos (31,4%). Predominou o sexo feminino (98,1%) e 51,8% trabalhavam na região litorânea do Estado de Santa Catarina. Apenas seis egressas não atuaram na área após concluir o curso.

No processo de organização e análise dos dados, todos os questionários foram revisados, corrigidos, codificados e digitados no programa EPI INFO – versão 2002. Realizou-se uma análise estatística descritiva dos dados (freqüência e porcentagem) coletados a partir das perguntas fechadas. Para a análise dos dados oriundos das perguntas abertas adotou-se os seguintes passos: leitura flutuante de cada uma das respostas e ordenação das mesmas, interpretação vertical (interpretação situada de cada egressa) e horizontal (comparações e contrastes entre as egressas) e análise final das mesmas.

O protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, sob parecer N° 009/2006. Todos os aspectos que envolvem a pesquisa estão de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde,⁶ sendo que as participantes assinaram o TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria das egressas apresentou alguma dificuldade para o início da atuação na especialidade, sendo as mais citadas a não aceitação pelos outros profissionais (58,3%) e a falta de abertura e/ou in-

* Projeto de pesquisa intitulado “Perfil e percepções de egressos dos Cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC”, inserido no contexto do Grupo de Pesquisa em Enfermagem na Saúde da Mulher e do Recém-nascido (GRUPESMUR).

centivo institucional (52,1%). Evidenciou-se, ainda, a insegurança quanto ao desempenho técnico (47,9%) e falta de retorno financeiro (45,8%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Dificuldades das egressas para o início da atuação na especialidade. Florianópolis - SC, 2006.

Dificuldades*	(n= 48)	
	f	%
Não aceitação pelos outros profissionais	28	58,3
Falta de abertura e/ou incentivo institucional	25	52,1
Insegurança quanto ao desempenho técnico	23	47,9
Falta de retorno financeiro	22	45,8
Falta de condições de trabalho	19	39,6
Falta de autonomia profissional	18	37,5
Outras	8	16,7
Nenhuma dificuldade	1	2,1

* 6 egressas não responderam porque nunca atuaram na área obstétrica.

A OMS reconhece a enfermeira obstétrica como uma profissional capacitada para prestar assistência à mulher no ciclo gravídico-puerperal. No entanto, ainda hoje se evidenciam conflitos no que se refere a ampliação ou liberdade para a ação destas profissionais,⁷ tal como informam os dados coletados na presente pesquisa.

Os achados sobre a não aceitação pelos outros profissionais e a falta de incentivo institucional são similares aos resultados de outro estudo, que revela que, para algumas egressas, “o exercício da enfermagem obstétrica aparece como modo de existir inautêntico e impróprio”.^{8:500} Em virtude disto, a enfermeira obstétrica sente-se excluída na equipe de saúde, não consegue inserir-se, “alcançar a confirmação e aprovação necessárias e o reconhecimento profissional”.^{8:500}

Em relação à insegurança quanto ao desempenho técnico é importante destacar que o aumento crescente da hospitalização, a incorporação das tecnologias e a elevação das taxas de cesarianas têm sido apontados como fatores dificultadores para a atuação da enfermeira obstétrica na assistência à mulher no processo do nascimento.⁸ Esta situação interfere no desenvolvimento de habilidades na assistência ao parto normal sem distócia, dificultando o exercício da especialidade. É possível que por esta razão, a enfermeira obstétrica tenha dificuldades para articular o saber-fazer, saber-ser e saber-agir na sua prática cotidiana.⁴

Quanto ao retorno financeiro, a Portaria N° 2.815/98 estabelece a remuneração das enfermeiras obstétricas pelo parto realizado,⁹ o que poderia ser um estímulo para que estas profissionais permanecessem na especialidade. No entanto, outros estudos também têm demonstrado que esta situação não se evidencia na prática, gerando insatisfação e desmotivação.^{10,8}

As dificuldades para o início da atuação na especialidade estão relacionadas com o fato das egressas não se sentirem totalmente inseridas na equipe que atende a mulher durante o processo do nascimento, o que inibe a sua atuação e consequente aprovação pelos outros profissionais e pela instituição hospitalar.

Quando questionadas acerca da experiência que pudesse ser caracterizada como discriminação profissional durante o tempo do exercício na especialidade, pouco mais da metade das egressas (56,3%) referiu não ter vivenciado tal discriminação. Por outro lado, das egressas que referiram ter sofrido alguma forma de discriminação, 37,5% mencionou que tal ocorrência se deu por parte dos profissionais médicos. Outras manifestações dessa natureza foram mencionadas com menor e igual intensidade, sendo provenientes do órgão empregador (6,3%) e de outros profissionais de enfermagem (6,3%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição das egressas segundo discriminação durante o exercício profissional na especialidade. Florianópolis - SC, 2006.

Discriminação profissional*	(n= 48)	
	f	%
Sim		
Por parte do médico	18	37,5
Pelo órgão empregador	3	6,3
Por outros profissionais de enfermagem	3	6,3
Pelos enfermeiros	2	4,2
Outro	2	4,2
Não	27	56,3

* 6 egressas não responderam porque nunca atuaram na área.

Tais resultados se aproximam dos obtidos em outro estudo, no qual observou-se que a superposição de funções entre médicos e enfermeiras gera disputa de poder entre os mesmos, ocasionando conflitos e desgaste. Neste particular, algumas enfermeiras obstétricas sentem-se discriminadas,

desvalorizadas e exploradas, uma vez que prevalece a idéia de que estão atuando apenas para aliviar o trabalho do médico.¹¹

Por outro lado, o expressivo número de egressas que não vivenciou nenhuma forma de discriminação, assemelha-se aos achados de outra pesquisa em que as enfermeiras avaliaram de forma positiva o trabalho em equipe com os obstetras e auxiliares de enfermagem, considerando-o altamente benéfico para a melhoria da atenção obstétrica.¹²

Com relação às dificuldades referidas pelas egressas para o exercício da enfermagem obstétrica, as que mais se destacaram foram a hegemonia médica (68,5%); o modelo de atenção biomédico (66,7%); as contradições entre as políticas, as necessidades da população e as restrições do campo de atuação profissional (59,3%); a falta de interdisciplinaridade (53,7%) e a falta de autonomia profissional (51,9%). Foram apontadas como outras dificuldades (11,1%): a falta de condições de trabalho, a discriminação de colegas enfermeiros e a inércia dos órgãos que regem as leis do exercício profissional diante da proibição que a enfermeira obstétrica sofre ao exercer suas funções (Tabela 3).

Tabela 3 – Dificuldades referidas pelas egressas quanto ao exercício da Enfermagem Obstétrica. Florianópolis - SC, 2006.

Dificuldades	(n= 54)	
	f	%
Hegemonia médica	37	68,5
Modelo de atenção biomédico	36	66,7
Contradições entre as políticas, as necessidades da população e as restrições do campo de atuação profissional	32	59,3
Falta de interdisciplinaridade	29	53,7
Falta de autonomia profissional	28	51,9
Baixo salário	24	44,4
Concentração de enfermeiras especialistas nos grandes centros	19	35,2
Desconhecimento sobre o papel da enfermeira obstétrica	19	35,2
Reduzido número de enfermeiras obstétricas	15	27,8
Falta de reconhecimento profissional pela clientela	8	14,8
Outra dificuldade	6	11,1

Dificuldades similares são apresentadas em outro estudo, no qual as enfermeiras obstétricas expressaram sentir-se limitadas profissionalmente, com restrições em relação ao mercado de trabalho, inclusive passando a atuar em setores alheios à maternidade, devido ao impedimento por parte da instituição para que realizassem o parto.⁸

No modelo tradicional de assistência ao parto, a participação do não-médico é coadjuvante e possibilitada apenas quando há delegação dessa função, uma vez que o parto é concebido como um ato médico. O poder exercido pelo profissional médico o define como chefe, responsável e coordenador da assistência ao parto.¹³ Assim, estabelece-se uma relação assimétrica, na qual as decisões são tomadas pelos médicos e aos outros profissionais cabe o cumprimento das mesmas.¹⁴

A falta de autonomia e as restrições para a atuação profissional também foram destacadas em pesquisa realizada com egressas dos cursos de especialização na região nordeste do Brasil, especialmente no que se refere à assistência ao parto e nascimento e ao preenchimento do Laudo de Enfermagem de Autorização para Internação Hospitalar.¹⁰

A resistência dos médicos obstetras em compartilhar responsabilidades impossibilita o trabalho em equipe, o que contribui para as restrições na atuação da enfermeira obstétrica. O aprimoramento da capacitação técnica das enfermeiras pode contribuir para o fortalecimento da sua autonomia profissional.¹²

A ausência de interdisciplinaridade se traduz em não valorização e reconhecimento do saber oriundo de outra disciplina, gerando dificuldades para a atuação da enfermeira que não recebe apoio da equipe médica para ocupar seu lugar na assistência obstétrica.

No que se refere à satisfação com a especialidade, a partir das respostas “bem satisfeita” (37,5%) e “muito satisfeita” (33,3%), observa-se que a maioria das egressas possui um grau de satisfação elevado, pois apenas 16,6% responderam estar “satisfeita”. Do total de egressas, 70,8% são otimistas sobre o futuro da enfermagem obstétrica e apenas 10,4% declararam-se pessimistas. Ao focar a análise sobre as egressas que estão satisfeitas com a profissão (87,4%), independente do grau atribuído, 68,8% delas estão otimistas sobre o futuro da especialidade. Cabe destacar que apenas 8,2% das egressas estão “insatisfeitas” e 4,2% “muito insatisfeitas” com a especialidade (Tabela 4).

Tabela 4 - Relação entre o grau de satisfação das egressas e a opinião sobre o futuro da enfermagem obstétrica. Florianópolis - SC, 2006.

Grau de satisfação [†]	Opinião sobre o futuro da enfermagem obstétrica*						Total	
	otimista		pessimista		sem opinião			
	f	%	f	%	f	%	f	%
Bem satisfeita	14	29,2	---	---	4	8,3	18	37,5
Muito satisfeita	15	31,3	---	---	1	2,0	16	33,3
Satisfeita	4	8,3	1	2,0	3	6,3	8	16,6
Insatisfeita	1	2,0	2	4,2	1	2,0	4	8,2
Muito insatisfeita	---	---	2	4,2	---	---	2	4,2
Total	34	8,0	5	10,4	9	18,6	48	100,0

* 2 egressas não responderam

† 4 egressas não responderam

O grau de satisfação em relação a especialidade é superior ao encontrado em outra pesquisa com egressas deste tipo de curso, na qual 71,7% mostraram-se satisfeitas com a profissão.⁸

Quando solicitadas a justificar as razões para o grau de satisfação com a especialidade, a maioria das egressas que se mostrou “bem satisfeita” ou “muito satisfeita”, apontou motivos ligados a sua inserção na profissão, transformações no cuidado prestado e construção de conhecimento na área. Para elas, o curso contribuiu para o reconhecimento e valorização pessoal e profissional por parte da clientela, família, comunidade e membros da equipe; pela conquista gradativa de um espaço e o fortalecimento da profissão, oportunizando maior visibilidade da enfermeira obstétrica na humanização do parto e nascimento. Também gerou mudanças no cotidiano do cuidado, possibilitando atendimento diferenciado, ou seja, atenção congruente com as necessidades da clientela, de forma qualificada e humanizada. Propiciou o fortalecimento das habilidades e capacidades, assim como o aprimoramento profissional para atuar com maior segurança na área da saúde da mulher, sobretudo em relação ao parto. Além disso, oportunizou a participação do enfermeiro na construção e ampliação de novos conhecimentos na área, permitindo ver a gestante e os familiares sob um novo olhar. Um número expressivo de egressas reforçou que a satisfação em relação a especialidade deu-se em função de estarem fazendo o que gostam e trabalharem na área de sua escolha.

Algumas egressas alegaram como razões para sua insatisfação (insatisfeita e muito insatisfeita) com a especialidade, a falta de reconheci-

to profissional da equipe de saúde, dos gestores e da clientela; bem como a falta de abertura de espaço e autonomia para atuar na área. Estas últimas, segundo elas, decorrentes da inexistência de protocolos e normativas de atenção à saúde na instituição e corporativismo de outras profissões. Tais achados ratificam as razões de insatisfação apontadas por egressas do curso de especialização e habilitação de obstetrícia da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.⁸

Quando perguntadas sobre o futuro da enfermagem obstétrica, as egressas que responderam de modo otimista, o fizeram, respaldadas por questões abrangentes e diversificadas. A maior concentração de justificativas foi tecida em torno de razões ligadas à luta que vem sendo efetuada pelas enfermeiras obstétricas para serem reconhecidas no seu campo profissional, principalmente no que se refere à autonomia. Outra justificativa relevante foi citada como sendo a atual política de saúde que está voltada à atenção ao parto e nascimento humanizados. Também surgiram justificativas direcionadas ao aumento da oferta de cursos de especialização, assim como a valorização que a própria população vem imprimindo ao papel da enfermeira obstétrica na atualidade. Com menor frequência de justificativa foi citada a fragilização do movimento pelo Ato Médico.

As que opinaram de forma pessimista quanto ao futuro da enfermagem obstétrica (10,4%) concentraram seus argumentos tanto em torno de justificativas subjetivas, à exemplo da “decepção” sentida pela impossibilidade de desenvolver plenamente o papel de enfermeira no seu local de trabalho, quanto em torno de questões macro-estruturais,

como por exemplo, a hegemonia médica do setor e a própria falta de espírito cooperativo dentro da especialidade da enfermagem obstétrica.

Por fim, as que responderam que não têm opinião formada sobre o futuro da especialidade (18,6%) justificaram suas respostas registrando que a situação é difícil de avaliar, em vista do cenário complexo e multifacetado que se apresenta na realidade brasileira e também que as enfermeiras obstétricas ainda precisam lutar muito para que se tenha uma opinião melhor elaborada sobre esta questão.

Este exercício de futuridade, de alguma forma, à exemplo da característica sobre satisfação/insatisfação apontada anteriormente, também fornece algumas respostas sobre o entusiasmo com a área abraçada; contudo, vai um pouco além, pois permite a análise das percepções destas profissionais no que se refere aos estímulos e expectativas do porvir na especialidade, revelando tendências de permanência ou de evasão no campo da atuação obstétrica.

Chama a atenção os resultados que revelam otimismo com o futuro desta especialidade, particularmente no que diz respeito à autonomia profissional. À primeira vista, tal expressão pode parecer controversa, pois vários são os estudos na área que vêm abordando esta percepção de enfermeiras obstétricas associada a aspectos negativos dentro do escopo profissional de abrangência, ou seja, como falta de autonomia.^{8,11-12,15-17} Contudo, um olhar mais apurado aos dados, retrata que esta justificativa otimista aparece nas respostas das egressas sempre ligada à palavra “luta” [...luta que as enfermeiras obstétricas estão realizando em direção à autonomia profissional; acredito que, lutando, conseguiremos a autonomia necessária para o desempenho das atividades – Egressa 5], o que pode representar, não necessariamente, apenas um estado atual das coisas, mas uma perspectiva pró-ativa em direção a conquistas futuras, com a participação do coletivo das enfermeiras obstétricas.

Ao tomarmos como base analítica a definição de que a autonomia profissional é a capacidade de controlar por si mesmo os aspectos técnicos de seu próprio trabalho,¹⁸ parece-nos apropriado inferir que essas enfermeiras têm o desejo de exercerem as atividades, que são de sua competência legal, da maneira mais independente possível, apropriando-se de todo o processo do saber-fazer, à ponto de sentirem-se capacitadas para o controle do mesmo. Esta pode ser, inclusive, uma consequência social (e não apenas “técnica”) dos valores de submissão e dominação de gênero e também dos aspectos de

poder e conflito demandados das relações com a categoria médica.

As respostas em torno da autonomia como um desejo que estimula as egressas a apresentarem otimismo quanto ao futuro na especialidade, a exemplo de outros estudos,¹⁵⁻¹⁶ mostra convicções de que, na trajetória profissional, principalmente no que se refere à execução do parto normal sem distócia, a enfermeira percebe-se “como um elemento importantíssimo na assistência à mulher, sente-se com autonomia e credibilidade, valoriza seu trabalho e, certamente, vislumbra um futuro melhor para a profissão”.^{16:651} Entretanto, é indispensável refletir que, mesmo que o desejo de autonomia repouse na necessidade de liberdade ou independência moral ou intelectual,¹⁹ ou ainda, no requisito de autogoverno,²⁰ aí pode residir um paradoxo que precisa ser enfrentado e um assunto complexo que merece maior aprofundamento. Há também a necessidade de compromisso com a idéia da complementaridade de ações com os profissionais médicos, de relações de trabalho que sejam dinâmicas e interdependentes, com o reconhecimento dos espaços de poder de cada um,¹⁷ o que, por sua vez, leva a um princípio absolutamente relevante para ser refletido, ou seja, a de que a interdependência entre os profissionais faz com que a interdependência de cada um seja relativa.²¹

Quanto às demais justificativas otimistas das egressas no que se refere ao futuro da enfermagem obstétrica há ainda a considerar outros fatores. Um deles diz respeito à política de saúde brasileira nesta área profissional. Para as respondentes, esta sinalização é favorável e tem perspectivas duradouras, uma vez que autoriza a realização do parto normal pela enfermeira.⁹ Outra justificativa otimista e que está relacionada à anterior, diz respeito ao aumento da oferta de cursos de especialização em enfermagem obstétrica, fato que respalda a legislação vigente, apoiando a geração e capacitação de recursos humanos, garantindo a atuação destas enfermeiras no SUS, ao término de um ano.^{15,22}

Ainda, as egressas justificaram seu otimismo com a especialidade, por perceberem que a população vem, cada vez mais, valorizando a função e o papel da enfermeira obstétrica. Este *status* também vem sendo mostrado em outros estudos, confirmando que “a legitimidade da assistência prestada pela enfermeira é um fato, onde os bons resultados são comprovados em nível nacional e internacional”.^{23:32} Com um número menor de registros, algumas egressas assinalaram a diminuição da força do movimento pelo Ato Médico, como um

aspecto motivador para assegurar a legitimidade e a legalidade do papel da enfermeira obstétrica, o que confirma a tendência majoritária pela persecução da autonomia da mesma nos partos sem distócia.

Por outro lado, alguns fatores de pessimismo são também apontados pelas egressas quando se trata da futuridade da especialidade, ainda que estes sejam referidos por apenas uma pequena parcela delas. Dentre estes fatores, ressaltam-se as dificuldades em desenvolver o papel de enfermeira obstétrica no local de trabalho, bem como as razões ligadas à hegemonia médica, aspecto evidenciado como dificuldade para o exercício profissional, apresentado na Tabela 3. Algumas poucas egressas descreveram a falta de espírito cooperativo dentro do escopo da enfermagem obstétrica como um dos fatores de pessimismo em relação ao futuro da enfermagem sem que, entretanto, fossem descritos maiores detalhes relacionados a este fato social.

Quando interrogadas se fariam novamente o curso de especialização, 98,1% responderam afirmativamente, sendo que dentre os motivos alegados evidencia-se a satisfação em atuar na área (44,4%) e a oportunidade de aprofundamento do conhecimento científico e aperfeiçoamento (27,8%) (Tabela 5).

Tabela 5 – Motivos que levariam as egressas a cursarem novamente a especialização em enfermagem obstétrica. Florianópolis - SC, 2006.

Motivos	(n= 54)	
	f	%
Satisfação em atuar na área	24	44,4
Aprofundamento do conhecimento científico e aperfeiçoamento	15	27,8
Contribuição para mudanças na área e redução da morbimortalidade materno-infantil	6	11,1
Qualidade do curso	3	5,6
Segurança adquirida para o desempenho técnico	2	3,7
Realização de um sonho	2	3,7
Atendimento das expectativas	1	1,9
Oportunidade de voltar a estudar	1	1,9
Identificação com a área	1	1,9
Apoio da equipe de saúde do local que trabalhava	1	1,9
Não justificaram	6	11,1

A satisfação em atuar na área mostra-se em consonância com a conscientização crítica do papel que as enfermeiras obstétricas vêm desempenhando na assistência à mulher e ao recém-nascido. Sua contribuição é considerada significativa nos cenários social e político da assistência ao parto,⁵ sendo o conhecimento científico e a legitimidade social, elementos imprescindíveis para que as enfermeiras obstétricas alcancem a autonomia profissional e o reconhecimento dos outros profissionais da saúde.^{5,11}

Estudo realizado com egressas de cursos de habilitação e especialização em enfermagem obstétrica aponta também o aprofundamento do conhecimento técnico-científico como uma das contribuições para o exercício da sua prática profissional.⁸

Neste sentido, percebe-se que a busca de aperfeiçoamento é necessária para o acompanhamento dos avanços e das transformações socioeconômicas e tecnológicas na assistência ao parto e nascimento e reflexão sobre a práxis desenvolvida.

CONCLUSÕES

A maioria das egressas do curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica da UFSC retrata-se satisfeita com a especialidade, apesar das dificuldades percebidas para o início e continuidade das funções como enfermeiras obstétricas. Suas percepções estão fortemente ligadas à autonomia profissional.

Quanto ao início do exercício profissional as egressas referem dificuldades relacionadas à não aceitação do desempenho de suas funções na especialidade, por parte dos profissionais da equipe de saúde e pela própria instituição em que atuam. Argumentam, inclusive, que estas mesmas dificuldades continuam presentes no decorrer da atuação na especialidade, sendo reforçadas pela hegemonia médica, pelo modelo de atenção ainda vigente e, complementadas, pela falta de interdisciplinaridade. Todos estes aspectos repercutem na efetiva autonomia profissional.

Neste cenário, a discriminação profissional, de forma direta, não tem sido referida com frequência. Entretanto, as dificuldades encontradas revelam discriminação velada que restringe o exercício pleno das funções na especialidade e contribui para a não consolidação do papel da enfermeira obstétrica.

Apesar disto denota-se elevado grau de satisfação das egressas e visão otimista com a

enfermagem obstétrica e o futuro da profissão. Acredita-se que esta aparente contradição pode ser enfrentada a partir de uma perspectiva pró-ativa que requer a participação coletiva da comunidade de enfermeiras obstétricas brasileiras. Aliás, uma proposta apontada pelas próprias egressas, como forma de superação das atuais dificuldades.

A conquista de espaço e consolidação do papel da enfermeira obstétrica junto à equipe, depende do empenho em aplicar o conhecimento técnico, científico e humanístico adquirido, bem como estabelecer relações interpessoais que favoreçam o trabalho em equipe, contribuindo para assistência segura às mulheres, recém-nascidos e famílias que vivenciam o processo do nascimento.

Os cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica têm contribuído para a formação de um quantitativo de especialistas na área, objetivando a promoção de assistência que respeita o caráter fisiológico do processo do nascimento e favorece a redução da morbi-mortalidade materna e neonatal. Entretanto, faz-se necessário o planejamento e implementação de estratégias políticas, na área da saúde da mulher, que viabilizem a inserção e consolidação das enfermeiras obstétricas no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Duarte NMN, Cecim RB. A construção e o desenvolvimento de especializações na área obstétrica e neonatal em modalidade pioneira na saúde coletiva. *Bol da Saúde*. 2002; 16(1):81-94.
- Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Relatório de Gestão 2003-2006. Versão preliminar. Brasília (DF): MS; 2006.
- Riesco MLG, Tsunechiro MA. Formação profissional de obstetras e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Rev Estud Fem*. 2002 Jul-Dez; 10(2):449-59.
- Sacramento MTP, Tyrrel MAR. Vivências das enfermeiras nos cursos de especialização em enfermagem obstétrica. *Rev Enferm UERJ*. 2006 Set; 14(3):425-33.
- Hoga LAK. Motivação de enfermeiras obstétricas para o desenvolvimento de seu trabalho em uma casa de parto. *Rev Min Enferm*. 2004 Jul-Set; 8(3):368-72.
- Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução Nº 196 de 10 de outubro de 1996: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 1996.
- Tornquist C. Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social; 2004.
- Merighi MAB, Yoshizato E. Seguimento das enfermeiras obstétricas egressas dos cursos de habilitação e especialização em enfermagem obstétrica da escola de enfermagem, da Universidade de São Paulo. *Rev Latino-am Enferm*. 2002 Jul-Ago; 10(4):493-01.
- Brasil. Portaria n. 2815 do Ministério da Saúde de 29 de maio de 1998. *Diário Oficial da União*, 2 Jun 1998. Seção 1, p.47-8.
- Costa AANM. Enfermeiras obstetras egressas dos cursos financiados pelo Ministério da Saúde na Região Nordeste do Brasil: caracterização e atuação profissional [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem; 2007.
- Bonadio IC, Koiffman MD, Minakawa MM, Oliveira MAF. Da relação conflituosa ao respeito mútuo: a consolidação do papel da enfermeira obstétrica na assistência ao nascimento e parto. In: *Anais do 8º Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem*. [online] 2002 mai 2-3; São Paulo, Brasil. 2002 [acesso em 2008 Mar 28]. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000005200200100039&lng=en&nrm=van.
- Angulo-Tuesta A, Giffin K, Gama AS, d'Orsi E, Barbosa GP. Saberes e práticas de enfermeiros e obstetras: cooperação e conflito na assistência ao parto. *Cad. Saúde Pública*. 2003 Set-Out; 19(5):1425-36.
- Riesco MLG, Fonseca RMGS. Elementos Constitutivos da formação e inserção de profissionais não-médicos na assistência ao parto. *Cad Saúde Pública*. 2002 Mai-Jun; 18(3):685-98.
- Proganti JM, Vargens OMC. As enfermeiras obstétricas frente ao uso de tecnologias não invasivas de cuidado como estratégias na desmedicalização do parto. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. 2004 Ago; 8(2):194-7.
- Barros LM, Silva RM, Moura ERF. Autonomía de la enfermera que asiste el parto normal en Brasil. *Invest Educ Enferm*. 2007 Sep; 25(2):44-51.
- Merighi MAB. Trajetória profissional das enfermeiras obstétricas egressas da escola de enfermagem da Universidade de São Paulo: um enfoque da fenomenologia social. *Rev Latino-am Enferm*. 2002 Set-Out; 10(5):644-53.
- Lima MADS, Gustavo AS, Coelho DF, Schmitz UV, Rosa RB. Concepções de enfermeiras sobre seu trabalho no modelo clínico de atenção à saúde. *Rev Bras Enferm*. 2000 Jul-Set; 53(3):343-54.
- Machado MH. Profissões de saúde: uma abordagem sociológica. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz; 1995.

- 19 Gomes AMT, Oliveira DC. Estudo da estrutura da representação social da autonomia profissional em enfermagem. *Rev Esc Enferm. USP.* 2005 Jun; 39(2):145-53.
- 20 Rocha R. Minidicionário. São Paulo: Scipione; 2001.
- 21 Lima MAD. O trabalho de enfermagem na produção de cuidados de saúde no modelo clínico [tese]. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 1998.
- 22 Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília (DF): MS; 2001.
- 23 Araújo NRAS, Oliveira SC. A visão do profissional médico sobre a atuação da enfermeira obstetra do centro obstétrico de um hospital escola da cidade do Recife-PE. *Cogitare Enferm* 2006 Jan-Abr; 11(1):31-8.